

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Sá Carvalho S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	8
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	13
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	15
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	17
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	17
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	17
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	20
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	21
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	21
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	22
7. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	22
8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	22
9. FORNECEDORES.....	25
10. PROVISÕES.....	25
11. TRIBUTOS.....	26
12. ENCARGOS SETORIAIS.....	28
13. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	28
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	29
15. RECEITA.....	31
16. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS.....	32
17. CUSTOS GERENCIÁVEIS.....	32
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	33
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	33
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	35
21. NOTAS DE CONCILIAÇÃO.....	38
TERMO DE RESPONSABILIDADE.....	42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Sá Carvalho S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração com conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A SÁ CARVALHO

A Sá Carvalho S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e tem sede e foro em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, Subsolo 1, Sala 5, Bairro Santo Agostinho e tem por objeto social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no Município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

A Sá Carvalho possui, em operação, 1 usina hidrelétrica com capacidade instalada de 78 MW (Não auditado).

Parque Gerador – Características físicas

Usina	Potência Total (Não auditado)	Garantia Física Total (Não auditado)	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Concessão
Sá Carvalho	78	54,40	UHE	1951	27/08/2026

(1) Os contratos de concessão elegíveis à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) aguardam chamado da Aneel para assinatura do aditivo e, as usinas elegíveis que possuem outorga por meio de resolução autorizativa, aguardam a reformulação desses atos para constar as novas datas.

Garantia física realizada e esperada (Não auditado)

Usina	2023 Realizado	2024 Realizado	2025	2026	2027	2028	2029
Sá Carvalho	54,40	54,40	54,40	35,47	-	-	-

Modelo de negócio e condições no ACR

Usina	Modelo de negócio em 31/12/2023	Preço no ACR em 31/12/2023	Data e índice de reajuste no ACR
Integral			
Sá Carvalho	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, era de R\$36.833 mil, dividido em 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos mil) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil

e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado regulatório de R\$67.296 mil em 2023, em comparação a R\$63.468 mil no exercício de 2022, representando aumento de 5,69%. Este aumento é justificado, principalmente, pelo aumento da receita com fornecimento de energia elétrica.

Receita operacional

O fornecimento de energia elétrica para os clientes totalizou 471.942 MWh (não auditado) durante o exercício de 2023 (471.987 MWh em 2022 – não auditado). O fornecimento bruto auferido foi de R\$171.667 mil em 2023, comparado a R\$161.364 mil no exercício de 2022.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$28.654 mil em 2023, dos quais R\$5.328 mil (18,59%) referem-se aos custos não gerenciáveis e R\$23.326 mil (81,41%) referem-se aos custos gerenciáveis. Comparativamente ao mesmo período de 2022, os custos e despesas operacionais somaram R\$26.236 mil dos quais R\$4.918 mil (18,74%) referem-se aos custos não gerenciáveis e R\$21.318 mil (81,26%) referem-se aos custos gerenciáveis.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2023, a Companhia apurou despesas no montante de R\$32.357 mil referentes ao imposto de renda e contribuição social, representando 33,47% do lucro societário antes da tributação. Comparativamente, no exercício de 2022, a Companhia apurou despesa no montante de R\$31.713 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, representando 33,32% do lucro societário antes da tributação. Os valores de imposto de renda e contribuição social aumentaram devido, principalmente, ao ganho reconhecido decorrente da repactuação do risco hidrológico.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o LAJIDA foi de R\$104.871 mil (R\$100.440 mil em 2022) e a margem do LAJIDA foi de 85,32% no mesmo período (86,51% em 2022), conforme demonstrado a seguir:

\$ mil	2023	2022	Var. %
Resultado regulatório	67.296	63.468	6,03
Despesa de IR e CS	32.357	31.713	2,03
Resultado financeiro	(5.385)	(5.316)	1,30
Depreciação e amortização	10.603	10.575	0,26
LAJIDA (1)	104.871	100.440	4,41

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis Regulatórias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

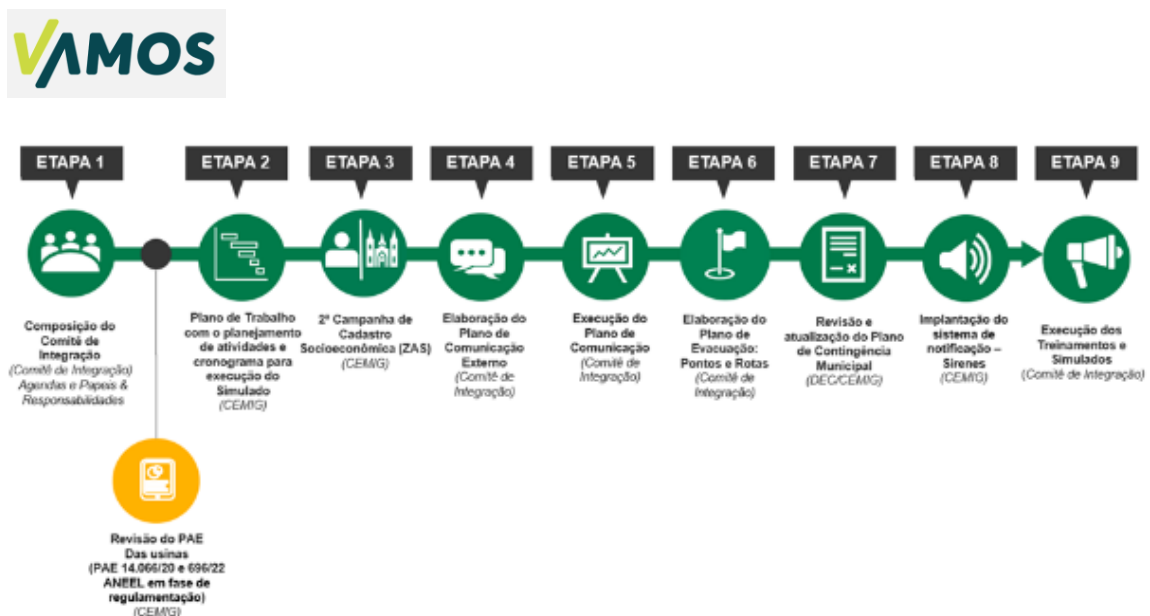
- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;

- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, assim como ocorrido para as barragens da companhia, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- 06 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHS: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado;

- 07 Diagnósticos da ZAS realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 07 Planos de Trabalhos entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 05 Ações de Cadastro da população da ZAS realizados, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano.
- 08 Planos de Comunicação em elaboração, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti;
- 06 Planos de Evacuação em andamento, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau;

Ainda em 2023, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Camargos/Itutinga, Rosal, Irapé, Queimado e Theodomiro Carneiro Santiago. Os eventos contaram com a participação de cerca de 242 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civis Municipais e Corpo de Bombeiros).

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2024, que, ao resultado societário do exercício no montante de R\$65.330 mil, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$1.966 mil, referentes à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- O montante de R\$48.997 mil pago em 2023 como dividendos intercalares contempla o valor de dividendos mínimos obrigatórios de R\$33.648 mil; e
- R\$18.299 para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.579	4.589
Investimentos temporários	4	4.011	22.227
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	11.499	10.829
Tributos compensáveis	6	491	17.122
Outros ativos		2	16
TOTAL DO CIRCULANTE		18.582	54.783
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários		-	84
Tributos compensáveis	6	121	63
Depósitos judiciais	7	1.768	1.766
Imobilizado	8	53.799	56.191
Intangível	8	20.765	28.413
Direito de uso		234	83
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		76.687	86.600
ATIVO TOTAL		95.269	141.383

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	2.729	2.523
Obrigações sociais e trabalhistas		506	498
Impostos, taxas e contribuições	11a	4.938	4.727
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11b	10.042	9.983
Encargos setoriais	12	3.658	3.502
Dividendos a pagar	14	-	31.614
Transações com partes relacionadas		287	286
Passivo de arrendamento		44	11
Outros passivos circulantes		58	58
TOTAL DO CIRCULANTE		22.262	53.202
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11c	6.757	9.587
Encargos setoriais	12	2.495	2.264
Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica	13	312	312
Provisões	10	734	-
Passivo de arrendamento		204	79
Outros passivos não circulantes		6	4
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		10.508	12.246
TOTAL DO PASSIVO		32.770	65.448
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	14		
Capital social		36.833	36.833
Reservas de lucros		25.666	39.102
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		62.499	75.935
PASSIVO TOTAL		95.269	141.383

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA BRUTA	15	171.667	161.364
Fornecimento de energia elétrica		171.504	161.315
Energia elétrica de curto prazo		163	49
TRIBUTOS	15	(44.164)	(41.007)
ICMS		(30.605)	(28.740)
PIS/Pasep		(2.413)	(2.188)
Cofins		(11.146)	(10.079)
ENCARGOS	15	(4.581)	(4.256)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(1.086)	(1.022)
Reserva Global de Reversão – RGR		(947)	(1.102)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH		(2.179)	(1.852)
Taxa de Fiscalização Serviço de Energia Elétrica – TFSEE		(369)	(280)
RECEITA LÍQUIDA	15	122.922	116.101
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	16	(5.328)	(4.918)
Energia elétrica comprada para revenda		(5.328)	(4.918)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS	17	117.594	111.183
CUSTOS GERENCIÁVEIS	17	(23.326)	(21.318)
Pessoal e administradores		(2.103)	(2.320)
Materiais		(639)	(678)
Serviços de terceiros		(7.537)	(7.173)
Arrendamentos e aluguéis		(17)	(42)
Seguros		(90)	(80)
Doações, contribuições e subvenções		(1.358)	(508)
Tributos		(40)	(8)
Depreciação e amortização		(10.603)	(10.575)
Provisões		(734)	150
Gastos diversos		(205)	(84)
RESULTADO DA ATIVIDADE		94.268	89.865
Resultado financeiro	18	5.385	5.316
Receitas financeiras		6.552	5.883
Despesas financeiras		(1.167)	(567)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		99.653	95.181
Imposto de renda e contribuição social corrente		(35.186)	(34.262)
Imposto de renda e contribuição social diferido		2.829	2.549
RESULTADO DO EXERCÍCIO		67.296	63.468

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	67.296	63.468
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	67.296	63.468

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)**

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	36.833	38.190	-	75.023
Aprovação dividendos adicionais propostos	-	(30.820)	-	(30.820)
Resultado do exercício	-	-	63.468	63.468
Absorção de prejuízos regulatórios	-	(3)	3	-
Destinação do resultado proposta à AGO:				
Dividendos obrigatórios	-	-	(30.923)	(30.923)
Dividendos adicionais propostos	-	31.735	(31.735)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(813)	(813)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	36.833	39.102	-	75.935
Aprovação dividendos adicionais propostos	-	(31.735)	-	(31.735)
Resultado do exercício	-	-	67.296	67.296
Outas mutações no Patrimônio Líquido:				
Dividendos obrigatórios	-	18.299	(18.299)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	(48.997)	(48.997)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	36.833	25.666	-	62.499

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	67.296	63.468
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 17)	10.603	10.575
Juros passivo de arrendamento	17	11
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11d)	32.357	31.713
Variação monetária depósito judicial (Nota 18)	(1)	6
Juros e variações monetárias	(6.755)	(4.468)
Provisão para contingências (Nota 10)	734	(150)
	104.251	101.155
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias (Nota 5)	(670)	(1.650)
Tributos compensáveis	5.067	8.946
Depósitos judiciais (Nota 7)	(2)	(72)
Outros ativos circulantes	19	5
	4.414	7.229
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 9)	206	66
Obrigações sociais e trabalhistas	8	60
Impostos, taxas e contribuições	211	587
Encargos setoriais	387	530
Transações com partes relacionadas	1	35
Outras obrigações	2	6
	815	1.284
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	109.480	109.668
Imposto renda e contribuição social pagos	(23.622)	(41.275)
Juros recebidos	6.735	3.954
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	92.593	72.347
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Investimentos Temporários	(129.309)	(132.594)
Resgate de Investimentos Temporários	147.629	121.462
Imobilizado (Nota 8)	(537)	(663)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	17.783	(11.795)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(112.346)	(56.641)
Arrendamentos pagos	(40)	(11)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(112.386)	(56.652)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.010)	3.900
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	4.589	689
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.579	4.589

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sá Carvalho S.A. (“Companhia” ou “Sá Carvalho”), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de geração de energia elétrica tendo recebido autorização para exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho através da Resolução ANEEL nº 466, de 29 de novembro de 2000, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131. A Companhia tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A Companhia tem por objetivo a produção e comercialização da energia produzida na referida usina, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias – Minas Gerais e possui a concessão pública federal para a exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho, conforme Contrato de Concessão nº 001/2004.

Em 15 de dezembro de 2000, após a aquisição da usina de Sá Carvalho pelo Grupo Cemig, a Companhia iniciou suas operações, com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com a Aperam Inox América do Sul S.A., para atender parte das necessidades de energia das instalações industriais daquela Companhia em Timóteo – Minas Gerais.

A usina de Sá Carvalho teve sua garantia física revisada de 58 para 56,1 MW médios, a partir de 1º de janeiro de 2018, definidos pela Portaria 178/2017 do Ministério de Minas e Energia.

Em 30 de novembro de 2022, foi publicada a portaria Nº 709/GM/MME onde houve revisão extraordinária de garantia física, alterando de 56,1MW médios para 54,4MW médios.

A Sá Carvalho S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2023 decorrente do pagamento de dividendos no final do exercício. O negócio possui geração de caixa operacional e rentabilidade suficientes para suprir eventuais necessidades de caixa. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis

estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 24 de junho de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia aprovou e autorizou a emissão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelos seus valores justos, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas

contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Imobilizado e Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 10 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 11 – Tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social - reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 15 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 19 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

2.5. Principais práticas contábeis regulatórias

As principais práticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de geração de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, nos contratos de concessão com esta previsão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

Nas demonstrações financeiras societárias, os saldos do Imobilizado, são registrados no ativo de contrato, sendo reclassificados para o Imobilizado para fins das demonstrações contábeis regulatórias. Os valores correspondentes à depreciação nas demonstrações contábeis regulatórias

não são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações societárias a realização do ativo do contrato ocorre no recebimento da receita.

2.6. Reclassificação de itens nas Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Investimentos temporários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. Em 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total o imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Bancos conta movimento	649	737
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	103	105
Overnight	1.827	3.747
TOTAL	2.579	4.589

Os **Certificados de Depósitos Bancários – CDBs** pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que atinge 99% em 31 de dezembro de 2023 (99% em 31 de dezembro de 2022), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As **operações de overnight** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variam em 11,42% a.a. a 11,65% a.a em 31 de dezembro de 2023 (entre 13,62% a.a. a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	2023	2022
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	383	2.441
Letras Financeiras Bancos - LFs	2.472	14.536
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1.115	5.123
Debêntures	41	127
	4.011	22.227
Não circulante		
Debêntures	-	84
	-	84
	4.011	22.311

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% a 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre 103,30% a 110,26% em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título em 2023 variaram entre 11,83% a.a. a 11,85% a.a. (13,65% a.a. a 13,88% a.a. em 2022).

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As aplicações e títulos de partes relacionadas estão demonstrados na nota explicativa nº 19 destas Demonstrações Financeiras.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Descrição	Valores correntes			Total 2023	Total 2022
	Corrente a vencer		PDD		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de energia	11.499	-	-	11.499	10.829
Fornecimento não faturado	11.729	-	-	11.729	11.048
(-) Arrecad processo classif.	(230)	-	-	(230)	(219)
TOTAL	11.499	-	-	11.499	10.829

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 20.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2023	2022
Circulante		
PIS a recuperar (1)	84	2.992
COFINS a recuperar (1)	387	14.091
ICMS a recuperar	20	39
	491	17.122
Não circulante		
ICMS a recuperar	49	-
PIS a recuperar (1)	13	11
COFINS a recuperar (1)	59	52
	121	63
Total	612	17.185

(1) Créditos oriundos da reversão do PIS/Pasep e da Cofins, pela exclusão do ICMS da base de cálculo dos respectivos tributos. A parcela classificada no ativo circulante possui processo de homologação concluído e processo de compensação com saldos passivos de PIS/Pasep e Cofins, bem como outros impostos federais. Espera-se que tais créditos sejam consumidos ao longo do próximo exercício.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2023	2022
Trabalhistas	190	188
Fiscais		
IRRF sobre juros sobre capital próprio	1.316	1.316
Outros	262	262
TOTAL	1.768	1.766

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023			2022		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em Serviço							
Geração	2,84	104.644	(52.879)	51.765	104.028	(49.950)	54.078
Custo Histórico		104.644	(52.879)	51.765	104.028	(49.950)	54.078
Em Curso							
Geração		1.894	-	1.894	1.973	-	1.973
Administração		140	-	140	140	-	140
TOTAL AIS + AIC		106.678	(52.879)	53.799	106.141	(49.950)	56.191

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2022	Transf.	Valor bruto em 31/12/2023	Deprec. Acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Geração						
Terrenos	46	-	46	-	46	46
Reservatórios, barragens e adutoras	42.144	-	42.144	(23.302)	18.842	19.850
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.002	-	13.002	(3.604)	9.398	9.822
Máquinas e equipamentos	48.811	616	49.427	(25.955)	23.472	24.352
Móveis e utensílios	25	-	25	(18)	7	8
Subtotal	104.028	616	104.644	(52.879)	51.765	54.078

Ativo Imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2022	Adições	Transferências	Valor bruto em 31/12/2023	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Geração							
Máquinas e equipamentos	873	387	(616)	644	-	644	873
Outros	1.100	150	-	1.250	-	1.250	1.100
Administração							
Outros	140	-	-	140	-	140	140
Subtotal	2.113	537	(616)	2.034	-	2.034	2.113
Total do Ativo Imobilizado	106.141	537	-	106.680	(52.881)	53.799	56.191

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em curso	Material/ Equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Reservatórios, Barragens e Adutoras	130	20	150
Máquinas e Equipamentos	269	118	387
Total das adições	399	138	537

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

O contrato de concessão prevê que ao final do prazo da concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, na Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação anual no exercício de 2023 foi de 2,84% (2,72% no exercício de 2022).

De acordo com os arts. 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Companhia e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da Cemig GT da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$39.690, conforme tabela abaixo:

Ativo intangível	2023			2022		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço	40.006	(19.240)	20.766	40.006	(11.592)	28.413
Ativos da concessão - GSF	39.690	(18.969)	20.721	39.690	(11.382)	28.308
Servidões	316	(272)	44	316	(211)	105
Total	40.006	(19.241)	20.765	40.006	(11.592)	28.413

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Valor bruto em 31/12/2023	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço	40.006	-	40.006	(19.240)	20.766
Ativos da concessão - GSF	39.690	-	39.690	(18.969)	20.721
Servidão	316	-	316	(271)	45
Total	40.006	-	40.006	(19.240)	20.766

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Sá Carvalho				
Sá Carvalho	39.690	01/12/2024	634	27/08/2026

9. FORNECEDORES

	2023	2022
Circulante		
Suprimento de energia elétrica - CCEE	943	1.020
Materiais e serviços	1.786	1.503
	2.729	2.523

A Companhia reconhece obrigações provenientes de contratos com a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), conforme apresentado na nota explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

10. PROVISÕES

	2021	Adições	Reversões	Liquidações	2022	Adições	Reversões	Liquidações	2023
Provisões									
Trabalhistas	-	-	-	-	-	710	-	-	710
Honorários de êxito	150	-	(150)	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	24	-	-	24
Total	150	-	(150)	-	-	734	-	-	734

Os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, são:

- R\$659 (R\$618 em 2022) referente a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL nos exercícios de 2008 e 2009, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas;
- R\$793 (R\$1.273 em 2022), dos quais R\$710 foram provisionados, referente às ações de natureza trabalhista, onde se discute a abstenção de contratação de empregados sem prévia aprovação em concurso, verbas rescisórias e adicional de periculosidade;
- R\$185 (R\$174 em 2022) referente à não homologação de compensação de crédito tributário federal (Cofins) pelo reconhecimento da insuficiência do crédito tributário;
- R\$215 (R\$150 em 2022), dos quais R\$24 foram provisionados, referente a ações ambientais em decorrência de supostas irregularidades em função de sua operação.
- R\$55 (R\$50 em 2022) referente a processo administrativo por inconformidade na homologação do PER/DCOM.
- R\$496 (R\$138 em 2022) referente a processos de responsabilidade civil, onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

11. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2023	2022
Circulante		
PIS/Pasep	280	263
Cofins	1.486	1.409
ICMS	2.565	2.414
ISSQN	143	78
INSS	400	362
Outros	64	201
Total	4.938	4.727

b) Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Circulante		
Imposto de renda	7.151	7.129
Contribuição social	2.891	2.854
Total	10.042	9.983

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda, constituídos à alíquota de 25%, e contribuição social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas ao seguintes itens:

	2023	2022
Ativos fiscais diferidos		
Outros	288	38
	288	38
Passivos fiscais diferidos		
Ressarcimento de custos do GSF (1)	(7.045)	(9.625)
	(7.045)	(9.625)
Total do ativo (passivo) líquido	(6.757)	(9.587)

(1) Efeito tributário do ganho reconhecido em virtude do ressarcimento de custos do GSF, considerando a diferença temporária entre o reconhecimento e a realização.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	(9.587)	(12.138)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	2.830	2.551
Saldo final	(6.757)	(9.587)

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2023	2022
Lucro antes dos impostos	99.653	95.181
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal	(32.717)	(31.222)
Contribuições e doações indedutíveis	(1.014)	(1.015)
Incentivos fiscais	1.374	524
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	(32.357)	(31.713)
Alíquota efetiva	32,47%	33,32%
Corrente	(35.186)	(34.262)
Diferido	2.829	2.549

12. ENCARGOS SETORIAIS

	2023	2022
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	2.286	2.487
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	38	24
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	42	39
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	344	459
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	839	391
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	85	79
CDE sobre P&D	24	23
	3.658	3.502
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	2.495	2.264
	2.495	2.264
TOTAL	6.153	5.766

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico. A movimentação dos saldos é conforme segue:

	31/12/2022	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2023
FNDCT	79	494	(488)	-	-	85
MME	39	247	(244)	-	-	42
P&D	2.655	346	-	(28)	361	3.334
	2.773	1.087	(732)	(28)	361	3.461

	31/12/2021	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2022
FNDCT	67	464	(452)	-	-	79
MME	33	232	(226)	-	-	39
P&D	2.333	326	-	(302)	298	2.655
	2.433	1.022	(678)	(302)	298	2.773

13. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	2023			2022		
	Custo histórico	Reavaliação	Total	Custo histórico	Reavaliação	Total
Em curso						
Pesquisa e desenvolvimento	312	-	312	312	-	312
	312	-	312	312	-	312

Movimento das obrigações especiais	Saldo inicial em 31/12/2022	Adição	Total 31/12/2023
Em curso			
Pesquisa e desenvolvimento	312	-	312
	312	-	312

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$36.833 subscrito e integralizado, constituído por 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos mil) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

b) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2023	2022
Reservas de lucros		
Reserva legal	7.367	7.367
Reserva de lucros (Dividendos adicionais propostos)	18.299	31.735
	25.666	39.102

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu reserva legal em 2023, uma vez que está limitada a 20% do capital social.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na reserva de lucros o montante de R\$18.299 referentes a dividendos propostos pela Administração que excedem a 50% do lucro líquido societário do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação na Assembleia Geral Ordinária - AGO.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido societário do exercício, ajustado na forma legal a título de estatutários, após a compensação dos prejuízos acumulados.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2023	2022
Dividendos obrigatórios		
Resultado societário do exercício	65.330	61.505
Realização do custo atribuído	1.966	1.966
	67.296	63.471
Dividendos mínimos obrigatórios	33.648	31.736
Dividendos intercalares, contemplando o mínimo obrigatório	48.997	-
Dividendos obrigatórios	-	30.923
Dividendos adicionais propostos	18.299	31.735
Juros sobre capital próprio	-	813
	67.296	62.658

Destinação do resultado de 2023 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2024, que, ao resultado societário do exercício de 2023 no montante de R\$65.330, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$1.966, referentes à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- O montante de R\$48.997 pago em 2023 como dividendos intercalares contempla o valor de dividendos mínimos obrigatórios de R\$33.648; e
- R\$18.299 para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

d) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2022	31.614
Dividendos adicionais propostos para o exercício de 2022	31.735
Dividendos Intermediários 2023 (contempla mínimo obrigatório)	48.997
(=) Saldo de dividendos aprovados	112.346
Pagamentos de dividendos e JCP – ver detalhamento em (d)	(112.346)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

e) Pagamento de dividendos

Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	30.923
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2022	31.735
Pagamento de dividendos intercalares ref. 2022	48.997
Pagamento de JCP ref. 2022	813
IRRF sobre JCP declarados	(121)
	112.346

15. RECEITA

	2023	2022
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	171.667	161.364
Deduções à receita operacional (b)	(48.745)	(45.263)
Receita operacional líquida	122.922	116.101

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Fornecimento de energia	1	1	471.942	471.897	170.822	159.664
Fornecimento – Não faturado	-	-	-	-	682	1.651
Transações com Energia na CCEE	-	-	-	-	163	49
Total	1	1	471.942	471.987	171.667	161.364

O contrato de compra e venda de energia assinado com a Aperam Inox América do Sul S.A prevê faturamento a preços mensais fixos, atualizados monetariamente em bases anuais pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

b) Deduções à receita operacional

	2023	2022
Tributos sobre a receita		
Cofins	11.146	10.079
PIS/Pasep	2.413	2.188
ICMS	30.605	28.740
	44.164	41.007
Encargos do consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	947	1.102
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.086	1.022
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	369	280
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	2.179	1.852
	4.581	4.256
TOTAL	48.745	45.263

16. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de curto prazo	5.252	5.419
Contratos bilaterais	619	-
Crédito de PIS/Pasep e Cofins	(543)	(501)
	5.328	4.918

17. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2023	2022
Pessoal e administradores (a)	2.103	2.320
Materiais	639	678
Serviços de terceiros (b)	7.537	7.173
Depreciação e amortização	10.603	10.575
Tributos	40	8
Doações, contribuições e subvenções	1.358	508
Provisões	734	(150)
Outras	312	206
TOTAL	23.326	21.318

a) Pessoal e administradores

	2023	2022
Pessoal		
Outros		
Remuneração	918	807
Encargos	318	277
Previdência privada	77	62
Participação nos lucros e resultados - PLR	-	121
Outros benefícios	301	263
Convênio de compartilhamento	420	709
Administradores	69	81
	2.103	2.320

b) Serviços de terceiros

	2023	2022
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	3.035	2.563
Convênio de compartilhamento – O&M	2.627	2.728
Comunicação	148	91
Meio ambiente	339	213
Conservação e limpeza de prédios e vila de operadores	340	314
Despesas com transporte	199	179
Vigilância	179	165
Auditoria externa	34	44
Serviços advocatícios	3	72
Tecnologia da informação	146	141
Outros	487	663
	7.537	7.173

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	6.765	4.555
Varição monetária depósito judicial	1	(6)
Pasep e Cofins sobre receitas financeiras (1)	(317)	(287)
Atualização de créditos de PASEP/Cofins sobre ICMS – receita financeira (2)	-	1.611
Outras receitas financeiras	103	10
	6.552	5.883
Despesas financeiras		
Varição monetária	(361)	(299)
Atualização de créditos de PASEP/Cofins sobre ICMS – despesa financeira (2)	(666)	-
Juros passivos de arrendamentos	(17)	(10)
Outras despesas financeiras	(123)	(258)
	(1.167)	(567)
Resultado financeiro	5.385	5.316

(1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras.

(2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins, decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida nas demonstrações financeiras consolidadas.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Operações com energia elétrica								
Cemig Distribuição	-	-	-	-	-	-	(97)	(42)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	287	286	-	-	(853)	(913)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	417	164	-	-	(2.625)	(2.728)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.827	3.746	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	4.012	22.227	-	-	27	596	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	84	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Investimentos temporários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	86	78
Participação nos resultados	19	18
Previdência privada	3	3
Total (1)	108	99

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores, concessionárias e permissionárias		11.499	11.499	10.829	10.829
Investimentos temporários		41	41	3.193	3.193
Depósitos judiciais		1.768	1.768	1.766	1.766
		13.308	13.308	15.788	15.788
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	1.930	1.930	3.852	3.852
Investimentos temporários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	2	383	383	2.441	2.441
Letras Financeiras Bancos – LFs	2	2.472	2.472	11.554	11.554
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1	1.115	1.115	5.123	5.123
		5.900	5.900	22.970	22.970
		19.208	19.208	38.758	38.758
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores		(2.729)	(2.729)	(2.523)	(2.523)
Arrendamentos		(248)	(248)	(90)	(90)
		(2.977)	(2.977)	(2.613)	(2.613)

(1) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa

descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela

Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.269	460	-	-	-	2.729
Arrendamentos	4	8	33	135	212	392
TOTAL	2.273	468	33	135	212	3.121

Outros riscos não financeiros monitorados pela administração

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo renovada mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

21. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		2.579	-	2.579	4.589	-	4.589
Investimentos temporários		4.011	-	4.011	22.227	-	22.227
Consumidores, concessionárias e permissionárias		11.499	-	11.499	10.829	-	10.829
Tributos compensáveis		491	-	491	17.122	-	17.122
Outros ativos circulantes		2	(1)	1	16	-	16
TOTAL DO CIRCULANTE		18.582	(1)	18.581	54.783	-	54.783
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos temporários		-	-	-	84	-	84
Tributos compensáveis		121	-	121	63	-	63
Depósitos judiciais		1.768	-	1.768	1.766	-	1.766
Imobilizado	21.1	53.799	44.287	98.086	56.191	47.265	103.456
Intangível		20.765	-	20.765	28.413	-	28.413
Direito de uso		234	-	234	83	-	83
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		76.687	44.287	120.974	86.600	47.265	133.865
ATIVO TOTAL		95.269	44.286	139.555	141.383	47.265	188.648

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		2.729	-	2.729	2.523	-	2.523
Obrigações sociais e trabalhistas		506	-	506	498	-	498
Impostos, taxas e contribuições		4.938	-	4.938	4.727	-	4.727
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		10.042	-	10.042	9.983	-	9.983
Dividendos a pagar		-	-	-	31.614	-	31.614
Encargos setoriais	21.3	3.658	-	3.658	3.502	-	3.502
Transações com partes relacionadas		287	-	287	286	-	286
Outros passivos circulantes		58	-	58	58	-	58
Passivo de arrendamentos		44	-	44	11	-	11
TOTAL DO CIRCULANTE		22.262	-	22.262	53.202	-	53.202
NÃO CIRCULANTE							
Impostos, taxas e contribuições		6.757	15.163	21.920	9.587	16.176	25.763
Encargos setoriais		2.495	-	2.495	2.264	-	2.264
Obrig. Vinculadas à conces. e permis. serviço público de energia elétrica		312	(312)	-	312	(312)	-
Provisões		734	-	734	-	-	-
Outros passivos não circulantes		6	-	6	4	-	4
Passivo de arrendamentos		204	-	204	79	-	79
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		10.508	14.851	25.359	12.246	15.864	28.110
TOTAL DO PASSIVO		32.770	14.851	47.621	65.448	15.864	81.312
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		36.833	-	36.833	36.833	-	36.833
Reservas de lucros		25.666	-	25.666	39.102	-	39.102
Reserva de ajuste de avaliação patrimonial		-	29.435	29.435	-	31.401	31.401
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		62.499	29.435	91.934	75.935	31.401	107.336
PASSIVO TOTAL		95.269	44.286	139.555	141.383	47.265	188.648

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA BRUTA		171.667	-	171.667	161.364	-	161.364
Fornecimento de energia elétrica		171.504	-	171.504	136.382	-	136.382
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	24.933	-	24.933
Energia elétrica de curto prazo		163	-	163	49	-	49
TRIBUTOS		(44.164)	-	(44.164)	(41.007)	-	(41.007)
ICMS		(30.605)	-	(30.605)	(28.740)	-	(28.740)
PIS/Pasep		(2.413)	-	(2.413)	(2.188)	-	(2.188)
Cofins		(11.146)	-	(11.146)	(10.079)	-	(10.079)
ENCARGOS – PARCELA “A”		(4.581)	-	(4.581)	(4.256)	-	(4.256)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(1.086)	-	(1.086)	(1.022)	-	(1.022)
Reserva Global de Reversão – RGR		(947)	-	(947)	(1.102)	-	(1.102)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(2.179)	-	(2.179)	(1.852)	-	(1.852)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(369)	-	(369)	(280)	-	(280)
RECEITA LÍQUIDA		122.922	-	122.922	116.101	-	116.101
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS		(5.328)	-	(5.328)	(4.918)	-	(4.918)
Energia elétrica comprada para revenda		(5.328)	-	(5.328)	(4.918)	-	(4.918)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		117.594	-	117.594	111.183	-	111.183
CUSTOS GERENCIÁVEIS		(23.326)	(2.979)	(26.305)	(21.318)	(2.976)	(24.294)
Pessoal e administradores		(2.103)	-	(2.103)	(2.320)	-	(2.320)
Materiais		(639)	-	(639)	(678)	-	(678)
Serviços de terceiros		(7.537)	-	(7.537)	(7.173)	-	(7.173)
Arrendamentos e aluguéis		(17)	-	(17)	(42)	-	(42)
Seguros		(90)	-	(90)	(80)	-	(80)
Doações, contribuições e subvenções		(1.358)	-	(1.358)	(508)	-	(508)
Tributos		(40)	-	(40)	(8)	-	(8)
Depreciação e amortização		(10.603)	(2.979)	(13.582)	(10.575)	(2.976)	(13.551)
Provisões		(734)	-	(734)	150	-	150
Gastos diversos		(205)	-	(205)	(84)	-	(84)
RESULTADO DA ATIVIDADE		94.268	(2.979)	91.289	89.865	(2.976)	86.889
Ganho com ressarcimento do GSF					-	-	-
Resultado financeiro		5.385	-	5.385	5.316	-	5.316
Receitas financeiras		5.885	-	5.885	5.883	-	5.883
Despesas financeiras		(500)	-	(500)	(567)	-	(567)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		99.653	(2.979)	96.674	95.181	(2.976)	92.205
Imposto de renda e contribuição social corrente		(35.186)	-	(35.186)	(34.262)	-	(34.262)
Imposto de renda e contribuição social diferido		2.829	1.013	3.842	2.549	1.013	3.562
RESULTADO LÍQUIDO		67.296	(1.966)	65.330	63.468	(1.963)	61.505

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2023	2022
Patrimônio líquido societário	91.934	107.336
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Reavaliação - Custo atribuído	(44.598)	(47.577)
Tributos – IR/CS	15.163	16.176
Patrimônio líquido regulatório	62.499	75.935

e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2023	2022
Lucro líquido societário	65.330	61.505
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Depreciação - Reavaliação do custo atribuído	2.979	2.976
Imposto de renda e contribuição social	(1.013)	(1.013)
Total dos ajustes de práticas contábeis	1.966	1.963
Lucro líquido regulatório	67.296	63.468

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

22.1. Imobilizado

Os efeitos são decorrentes das diferenças de práticas contábeis entre a contabilidade societária e a regulatória. Na adoção das normas internacionais de contabilidade em 2010, a Companhia registrou os ativos de geração utilizando o custo atribuído na data, conforme laudo de avaliação realizado por empresa avaliadora. Conforme MCSE, nas demonstrações contábeis regulatórias são estornados os saldos do ativo, da reserva de ajustes de avaliação patrimonial e a consequente depreciação e baixa desses saldos no resultado do exercício.

22.2. Efeitos Fiscais

A Companhia apresentou os efeitos fiscais decorrentes dos ajustes da diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

22.3. Operações de arrendamento mercantil

Na contabilidade societária, as alterações introduzidas pela CPC 06 (R2) impactaram a mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil. Conforme requerido no pronunciamento, os arrendatários devem contabilizar todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Na contabilidade regulatória estes valores são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

* * * * *

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor-Presidente, em exercício

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-04

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 26 de junho 2024

Outorgada: Sá Carvalho S.A.

DocuSigned by:
Sergio Teixeira de Castro
C8B3B548303E4B9...
Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

DocuSigned by:
Leonardo George Magalhães
AD78E2EC35D74F5...
Leonardo George de Magalhães
Diretor-Presidente, em exercício

DocuSigned by:
MÁRIO LÚCIO BRAGA
5EED7DFD77A945E...
Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

DocuSigned by:
José Guilherme Grigolli Martins
0B3395969F274EA...
José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador 1SP/242451-04

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.